

GÊNERO E TRABALHO: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS SINDICATOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP *

*Terezinha Brumatti Carvalhal ***

Resumo

O presente trabalho expressa a investigação sobre o papel do sindicato na questão da mulher trabalhadora, no sentido de possuírem uma política de apoio à mulher, através de comissões para a discussão da questão de gênero ou na elaboração de congressos dedicados a questões específicas da mulher, contemplando desde a saúde da mulher até cursos de formação, que contemplem a dupla ou tripla jornada de trabalho, já que se inserindo no meio político, suas tarefas de mãe, dona de casa e a atividade assalariada se acumulam, sobrecarregando-a. A análise considera a relação de gênero com a relação de classe, como forma de vislumbrarmos uma pretensa contra-territorialidade com a mulher assumindo cargos e direcionando mudanças como classe e gênero.

Palavras-chave: Gênero; Território; Sindicato; Trabalho

Abstract

The present paper Express the investigation about the syndicate function in the question of worker woman, at sense of to haven an backing policy at the woman, through of commissions for the debate at the woman questions or in the elaboration of the congress dedicated the specifying questions of the woman, contemplating from the woman health until formation course, that contemplate the couple or triple work journey, even now inserting in politic middle, hers mother function, housewife and the engaged activity self accumulation, self overloading. The analysis to take into consideration the woman relations with the class relation, as form of glimpse an possible counter-territory with the woman assuming charge and directing changes as class and woman.

Key-words: Woman; Territory; Syndicate; Work

O presente artigo é fruto das reflexões que vêm sendo desenvolvidas desde a elaboração da monografia de bacharelado e que resultaram na elaboração do projeto de Mestrado, em andamento desde o início do ano de 2000, quando ingressamos no Programa de Pós-graduação em Geografia.

Gostaríamos de exaltar a importância do tema para a Geografia, já que a temática trabalho, tem seus estudos muito recentes, sendo que um dos primeiros passos têm sido realizado através da organização do grupo de pesquisa, o CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho). O grupo vem tentando fortalecer através de leituras de trabalhos de outras áreas da ciência como a Sociologia, Filosofia, o conceito de trabalho dentro da Geografia. No nosso caso em específico, pretendemos por meio da relação de gênero, permeada pela relação de classe, trazer para a Geografia discussões da forma de inserção de trabalho das mulheres na sociedade capitalista. Pois a Geografia busca entender as diferentes relações sociais configuradas no espaço, sendo esse espaço criado através das relações do homem com a natureza, que se dá pelo trabalho e esse trabalho é realizado pela sociedade dividida em classes sociais, que por sua vez também é dividida em sexos.

A mulher trabalhadora é duplamente subjugada pelo capital, na esfera da produção de mercadorias e na esfera da reprodução, como provedora de força-de-trabalho, sem que haja qualquer mecanismo de auxílio a reprodução de seres vivos, como creches, escolas infantis.

Dessa forma, nos colocamos a entender qual o papel do sindicato na questão de gênero, ou seja, se o sindicato tem apoiado a maior participação da mulher no meio sindical, seja por meio

de cursos de formação política ou em outra forma de atuação que possibilite a inserção das mulheres nas diretorias. E através de entrevistas aos sindicalistas homens e mulheres, nos propomos a investigar os discursos acerca do apoio a essa inserção da mulher no meio sindical, tendo como parâmetro a composição da diretoria, no sentido de verificarmos se as mesmas são representativas das trabalhadoras da base. Ao mesmo tempo investigamos a “leitura” que as mulheres fazem delas como sindicalistas e como trabalhadoras, exercedoras da tripla jornada de trabalho, mas que como líderes podem redirecionar posturas no interior dos sindicatos, no sentido de maior discussão e apoio a mulher trabalhadora. E por outro lado como as trabalhadoras se vêem como exercedoras da dupla jornada de trabalho e que como trabalhadoras devem exigir mais direitos e melhores condições de trabalho, não somente na exigência do local onde deixar os filhos, mas também na reivindicação da redistribuição de suas responsabilidades como reprodutora de seres vivos e como produtora de bens. Dessa forma também investigamos o que pensam sobre a funcionalidade de um sindicato.

O critério utilizado para a escolha dos sindicatos[1] foi à representatividade política e numérica dos trabalhadores, abrangendo setores privados e públicos, com desdobramentos para as principais atividades desenvolvidas localmente e que expressam a relação capital x trabalho, tais como, agroindústria, indústria, comércio e serviços. Assim escolhemos categorias, diferenciadas para que pudéssemos analisar e entender o embate dos trabalhadores, nas questões trabalhistas, sob sua diferencialidade de inserção profissional, sendo que essa diversidade também foi vista como uma possibilidade de avaliarmos em quais categorias a mulher tem mais presença e em quais sindicatos a questão de gênero, tem se enraizado no arcabouço das lutas.

Sendo o espaço geográfico um espaço produzido pelo trabalho e a um só tempo agente e resultado do desenvolvimento da história dos homens, nos propomos a reforçar por meio de nossa pesquisa os estudos sobre o trabalho, justamente por verificar a importância de decifrar as relações estabelecidas na sociedade, quando da intervenção do homem ao meio ambiente, pois essas relações são envolvidas por muitas contradições de classes, e tem por isso repercutido diferencialmente no território, segundo as classes sociais, raça, sexo, etnia, etc.

Segundo THOMAZ (2002):

....a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ: 2002, 05)

Entendemos que as mulheres assim como outros grupos sociais “marginais” têm sofrido ao longo da história muitas subjugações em relação ao homem branco e a condição se agrava quando situamos tais questões numa sociedade de classes como a capitalista. Às mulheres, independentemente da classe social, tem exercido as funções domésticas e cuidado com os filhos.

Segundo SAFFIOTI (1987) há um processo de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou dessa forma, com a mulher exercendo “naturalmente” sua função de mãe e no cuidado com o lar. Enquanto que ao homem, quando do surgimento da divisão social do trabalho, com a geração do excedente, separando o espaço da produção e o da reprodução, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar. A partir daí a identidade social, segundo a autora foi socialmente construída.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais

constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987:11)

Nesse sentido, nos propomos a entender como a mulher tem convívio com essa situação e como tem se dado sua inserção no mercado de trabalho, haja vista que, como vimos, as mulheres são as únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família. Importante frisar que a inserção no mercado de trabalho pode trazer de certa forma a autonomia financeira, sendo que, muitas mulheres têm sido as principais responsáveis pelo sustento da casa, seja pelo falecimento do marido ou pela sua própria opção pessoal. A inserção no mercado de trabalho tem trazido novas experiências para as mulheres acostumadas a terem seus horizontes restritos a manutenção da família. A família, nesse sentido, tem tomado novas configurações, com o surgimento da família monoparental, onde somente um dos cônjuges vive no domicílio, surgindo o que CASTELLS (1999) fala da crise da família patriarcal, na medida em que o comando da casa deixa de ser função exclusivamente do homem.

Segundo uma pesquisa feita por GOIS (2001) baseada nos primeiros dados obtidos com o censo 2000, a mulher atualmente, é a responsável por um em cada quatro domicílios no Brasil, com cerca de 11,1 milhões de mulheres (ou 24,9% do total) e essa presença é maior no Nordeste, onde, por conta da migração dos maridos, acaba ficando para a esposa a responsabilidade da casa e dos filhos. Os maiores índices são nas cidades de Maceió em Alagoas com 47,9% e em Teodoro Sampaio no estado da Bahia com 42,7% dos domicílios sendo comandados pelas mulheres. Em Sucupira em Tocantins, temos o maior percentual de crianças que vivem em domicílios chefiados somente por mulheres (42,1%).

Porém, em detrimento disso as mulheres continuam ganhando menos do que os homens, segundo GOIS (2001), metade das mulheres que são responsáveis pelo domicílio recebem de meio a um salário mínimo e ainda tem mais crianças sob suas responsabilidades em comparação ao ano de 1991, passando de 10,5% para 14,4% em 2001, um aumento de 35% do número de crianças.

Em Presidente Prudente temos uma média de 55,3% das trabalhadoras pesquisadas que ganham até três salários mínimos, e que estão concentradas no SIEMACO onde se encontram 29 mulheres, 19 no SEC e no SSM temos 21 trabalhadoras do total pesquisado nessa categoria, que recebe até três salários mínimos.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, fortemente incentivada pela crise econômica tem trazido novas configurações para a população mundial, com reduções de taxa de fecundidade, adiamento do nascimento dos filhos e redução do número de filhos. E assim novos padrões familiares tem sido desencadeados com o surgimento de famílias dirigidas por mulheres, ou somente um membro responsável pela família com o surgimento de mães ou pais solteiros, além de muitos casais sem filhos[2].

Da mesma maneira novos padrões de comportamento também têm surgido, com a inserção no mercado de trabalho de mulheres cada vez mais escolarizadas.

Segundo uma pesquisa feita por TOLEDO (2002), as mulheres têm levado vantagem em relação ao nível de escolaridade, já que os homens ingressam no mercado de trabalho a partir dos 13 anos e a mulher por volta dos 14,4 anos. Isso é explicado pelo fato de que existe uma pressão maior da sociedade para que o homem se insira no mercado de trabalho para ajudar no orçamento doméstico, enquanto as mulheres ficam em casa para ajudar nas funções domésticas. Segundo essa mesma pesquisa, cerca de 18% dos homens entraram no mercado de trabalho antes dos 9 anos de idade enquanto que 13% das mulheres tiveram o mesmo caminho e cerca de 53% dos homens e 43% das

mulheres entraram no mercado de trabalho, na faixa etária dos 10 aos 15 anos. Porém, a boa notícia apresentada pela pesquisa é que apesar de lenta, há uma tendência de adiamento do ingresso da população no mercado de trabalho.

Em consonância com a pesquisa citada, das mulheres pesquisadas, percebemos um fato interessante, onde a maioria das mulheres, ou seja, 92 mulheres possuem acima do 2º grau de escolaridade e encontram assim distribuídas: 38 delas tem o 2º grau completo e estão concentradas nas categorias referentes ao SEC e SSM, 35 delas possuem o 3º grau completo e estão concentradas nas categorias da APEOESP e SSM, 14 possuem 3º grau incompleto e estão no SEC e SSM e as outras 5 possuem pós-graduação sendo que 4 delas se concentram no SSM. As 38 trabalhadoras restantes, localizam-se abaixo da faixa do 2º grau completo e estão assim distribuídas: 2 analfabetas e localizadas no SIEMACO, 22 que não possuem o 1º grau completo e que na sua grande maioria (19) também estão no SIEMACO, das 10 mulheres que possuem o 1º grau completo, 6 delas também estão no SIEMACO. Significando que nessa categoria, se encontram as mulheres menos alfabetizadas perante as demais categorias e são também as que recebem menos.

Temos como pressuposto de que, com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, também por outro lado esse contingente deveria encontrar respaldo no sindicato de cada categoria, haja vista que o sindicalismo, principalmente no caso da CUT, tem propagado que o sindicato deve estar sintonizado com os anseios e necessidades da classe trabalhadora[3].

Assim investigamos a forma de inserção nesse espaço, majoritariamente masculino, tendo em vista as relações estabelecidas, não somente por ser um reduto masculino, mas pelas relações patriarcalistas criadas na sociedade, que direcionaram as funções domésticas como sendo exclusivas da mulher. Com isso, a inserção no mercado de trabalho e no meio político, torna-se mais oneroso para a mulher, já que traz “inerente” a si a dupla e tripla jornada de trabalho, sendo que na maioria das vezes é a mulher que fica encarregada das funções domésticas, e muitas vezes é destinada essa função a outro membro da família como irmã, os filhos ou a mãe.

Lembrando que quando falamos em relação de gênero, é no sentido das conotações criadas pela sociedade para designar o homem e a mulher, sendo que a condição do homem é aquela apoiada nos estereótipos onde cabe ao homem a função de provedor da casa e por isso detentor do poder econômico do lar, enquanto que a mulher por isso deve obediência e arcar com as funções domésticas e cuidado com filhos.

Das entrevistas realizadas com os sindicalistas, mulheres e homens, percebemos que as questões do sindicato têm sido direcionadas para as políticas mais emergenciais, como salários e direitos trabalhistas e as discussões acerca da questão de gênero no interior dos sindicatos têm sido mais frequentes nos sindicatos formados pela maioria de mulheres. Ou seja, nos sindicatos presididos por homens e onde as diretorias na sua maioria, são formadas por homens, não tem havido a preocupação em debater a participação da mulher nos sindicatos, no âmbito da diretoria ou mesmo essa inserção como pauta das assembleias realizadas com a base.

Percebemos por outro lado, que em consonância com os sindicalistas, estão a maioria das trabalhadoras da base ao optarem pela busca por melhores salários. Pois na questão levantada sobre quais deveriam ser as lutas em que o sindicato deveria se empenhar, ficou em primeiro lugar a alternativa de que os sindicatos deveriam lutar para a melhoria dos salários, em segundo lugar, ficaram as reivindicações por mais direitos trabalhistas e a questão da integração com a categoria, ficando em terceiro lugar, sendo acompanhada pela luta por mais convênios médicos. Demonstrando que a base trabalhadora reivindica aquilo que foi acostuada a ter e aquilo que foi colocado como sendo a função do sindicato.

Encontramos a preocupação sobre a questão de gênero nos sindicatos presididos pelas mulheres, com mais significado no sindicato dos Servidores Municipais, mesmo existindo boa parte dos sindicalistas que conhecem a política de cotas da CUT. Os sindicatos presididos pelas mulheres que tem tido a preocupação em cumprir a cota, são também os que têm tentado apresentar para sua categoria, alguma forma de conscientização sobre a condição da mulher trabalhadora na sociedade, ou, segundo as próprias sindicalistas, em discursos de incentivo e apoio às mulheres durante as assembleias.

Através de questionários aplicados às trabalhadoras das categorias dos oito sindicatos pesquisados, pudemos dimensionar a situação vivenciada pela mulher-mãe-trabalhadora, bem como a percepção sobre sua condição de dupla jornada e como resolvem essa questão para atuarem no mercado de trabalho, já que do total de 130 questionários aplicados, temos um percentual de 59,2% das mulheres casadas, sendo que somente 23% delas não possuem filhos, ou seja além das casadas, existem as separadas, as viúvas, as desquitadas e as solteiras que possuem filhos.

Pressupomos inicialmente que se através do conhecimento da política de cotas da CUT, ou ainda do envolvimento na diretoria sindical e filiação partidária, poderíamos captar se existe a percepção das trabalhadoras em relação a sua dupla jornada e se há por parte das trabalhadoras a noção de que por meio do sindicato, poderiam buscar apoio para tentar resolver essa questão e outras questões que afligem a mulher trabalhadora.

Nesse sentido obtivemos dos questionários aplicados o seguinte apontamento: as trabalhadoras desconhecem o número de diretoras de seu sindicato, bem como uma minoria que já havia ouvido falar na política de cotas da CUT, ou seja cerca de 14% ou 17 mulheres apenas conheciam a política. Da mesma forma obtivemos um número muito baixo, de 9 mulheres que já participaram da diretoria sindical, e 3 mulheres do total de 130, que são filiadas a partido político.

Tentamos investigar também, a interação das trabalhadoras com o sindicato que as representam por meio do conhecimento sobre dias e horários das assembleias realizadas pelos sindicatos. Verificamos que em sua maioria, as mulheres não sabem dizer com exatidão o horário das assembleias, já que conforme os próprios sindicalistas expuseram, não há ordinariade de assembleias, o que tem ficado mais definido com os trabalhadores são os dias das assembleias apenas.

Avaliamos que o movimento sindical, no que diz respeito às lutas pelas conquistas trabalhistas, tem estado inerte, pois a luta tem sido pela manutenção delas. A questão de gênero, sob esse prisma, fica aquém das reivindicações e lutas, predominando no calendário sindical de mobilizações, as questões referentes a salário, cestas básicas, atendimento médico, judiciário e odontológico. A mulher tem sido lembrada pelos sindicatos estudados, no dia oito de março, em que são parabenizadas pelo seu dia, o que acaba reforçando publicamente a divisão sexual do trabalho. Ou seja, o fato de homenagearem as mulheres trabalhadoras por serem mães, donas-de-casa e ainda trabalharem fora do lar, pode implicar na maior aceitação de sua situação de subordinada duplamente, ao lar e ao patrão e, portanto ao sistema capitalista. Pois essa dupla subordinação se torna eficiente ao auferir da mulher o trabalho realizado em casa, necessário para a reprodução dela, filhos e marido, sem que lhe seja remunerado.

Nesse sentido a estrutura sindical poderia ser acusada de impedir maiores avanços nas discussões sobre gênero no sindicato, pois cooptada e sem autonomia, reproduz um círculo vicioso de agir institucionalmente sem discussão com a base e, portanto sem tempo para inserir políticas de conscientização sobre as questões secundárias (ou mesmo questões terciárias), como a questão de gênero?

Seria, então, o sindicato responsável pela reprodução da divisão sexual do trabalho ao hierarquizar as funções conforme o sexo, atribuindo as funções de secretaria para as mulheres, dessa forma fazendo com que muitos sindicatos cumpram a cota proposta pela CUT? Dessa forma, o elemento diferente para ser aceito no meio masculino deve, então, anular suas especificidades de dupla e tripla jornadas de trabalho. Assim se explica o fato de muitas mulheres sindicalistas se encontrarem desquitadas, separadas ou solteiras.

Para ANTUNES (1999), a luta das mulheres contra as formas históricas e sociais da opressão masculina, será, além disso, uma luta pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classe não significa o fim da opressão de gênero, pois esta é pré-capitalista.

Assim seria possível o sindicato caminhar no sentido de emancipação da classe trabalhadora, levando em consideração as especificidades de gênero?

No entanto é pelo consentimento da investidora sindical, que o sindicato se torna subordinado aos desígnios do Estado, sendo nesse ponto, que se iniciou a sua subserviência, desencadeando na contribuição compulsória e na unicidade sindical.

A caminhada rumo à organização de um movimento alternativo e independente do Estado, talvez seja a saída para o reencontro dos sindicatos com sua base, onde os trabalhadores assumiriam as regras de funcionamento do sindicato, e onde possa haver a possibilidade das contribuições serem negociadas diretamente com os trabalhadores, o que daria fim aos sindicatos pelegos, assistencialistas, etc.

Nesse sentido podemos pensar como construir a emancipação da sociedade para além do capital se a questão de gênero não tem sido tratada com a devida atenção e dedicação por parte dos sindicalistas e destes com a base, ao contrário vemos que as próprias mulheres sindicalistas não tem tido a visão que como líderes são formadoras de opinião e de consciência.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís. A situação da mulher Latino-americana. In: **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, p. 111-134, ab. 2000.

ALVES, Giovanni. **O Novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 365p.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Divisão sexual do trabalho - práticas simbólicas e práticas sociais”. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia. e CAPPELLIN Paola (org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 155-176.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998. 284p.

BOITO Jr. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999, 247p.

BOITO Jr. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores. In: **Crítica Marxista** São Paulo: Brasiliense, nº 12, p 77-104, mai, 2001.

BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau. (org.) **Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CAMPOS. Maria Cristina S. de Souza C, Mulheres de diferentes classes sociais em São Paulo: a família e a penetração no mercado de trabalho. In: (org) MEIHY. José C. S. B., **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

CARVALHAL, Marcelo D. **Contribuição para a “leitura” geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente/SP, a partir da imprensa operária**. Relatório parcial de pesquisa PIBIC/CNPq/UNESP. Presidente Prudente, 1997(mimeo)

CARVALHAL, Marcelo D. **A comunicação sindical em presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica**. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000a, 215p.

CARVALHAL, Terezinha B. **Participação e atuação política da mulher nas entidades sindicais de Presidente Prudente/SP**. Monografia de Bacharelado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. 91p.

CARVALHAL Terezinha B. A Questão de Gênero sob a encruzilhada sindical. In: **Pegada**, volume 2, número 2, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 57-64, 2001.

CASTRO. Nadya Araújo e GUIMARÃES, Iracema Brandão. “Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução”. In: **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 47-72p., 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Teses e Resoluções**. Do I ao VI COCUT. São Paulo: CUT, 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **9º PLENCUT – Plenária Nacional da Central Única dos trabalhadores. Texto Base**. São Paulo: CUT, 1999.

CENSO 2000 – Página Especial 1 In: Folha de São Paulo, 20 dez/2001.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000, 95p.

ENGELS. F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Bertrand Brasil, 1991.

GUTERRES. Simone Bastos. **Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001.

HARVEY. David, **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993, 333p.

HIRATA, Helena “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero” In: **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**. São Paulo: Associação latino-americana de estudos do trabalho, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-27.

LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1992, 138p.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, Livro Primeiro, v 1, 1993, 301p.

MENDONÇA, Lygia. Luta de Gênero e Classe. In: **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, p. 6-11, 1998.

MÉSZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: **Ad Hominem**, São Paulo: Estudos e Edições, nº 1, 1999, p. 83-124.

MÉZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, M. Fátima S. **Fronteiras do Desejo**. 1999. 463 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA, Ruy. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. In: **Ciência Geográfica**, Bauru nº 19, p. 19-21, maio/ago, 2001.

OLIVEIRA, Orlandina de. e ARIZA, Marina. “División sexual del trabajo y exclusión social”. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, Ano 3, nº5, 1997b, p 183-202.

ROSSINI, Rosa Ester **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canvieira paulista** Tese livre-docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 120p.

SANTOS, Ariovaldo O. **Trabalho e Globalização. A Crise do sindicalismo propositivo**. Londrina: Práxis, 2001, 116p.

SANTOS, Milton **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994, 124p.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli R. **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: FCC, Editora 34, 2001.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMAZ JR Leitura Geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, AGB- 11 - Seção Porto Alegre. Porto Alegre, nº 24, 1998.

THOMAZ Jr., Antonio *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002a.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **IV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2002b. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm

THOMAZ JÚNIOR, A. O Mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. *IV Colóquio sobre Transformaciones Territoriales*, CD. Montevideú, 2002d. (no prelo).

* As reflexões contidas neste artigo são encontradas também no relatório de Qualificação do projeto de pesquisa em nível de Mestrado, “Gênero, Trabalho e Território. A Mulher Trabalhadora nos Sindicatos de Presidente Prudente”, sendo que contamos com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

****** Mestranda em Geografia pela FCT/UNESP/ Presidente Prudente/SP, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior, Bolsista FAPESP; membro do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” CEGeT. Email: tbrumatti@fsnet.com.br.

[1] Dos trinta e sete sindicatos sediados (ou com subsede) em Presidente Prudente, escolhemos oito como objeto de nossa pesquisa, são eles: Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente (SSM), Sindicato dos Bancários e Financiários de Presidente Prudente e Região (SEEB); Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Pesada, Terraplanagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e Região (SINTCON); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica e de Fabricação de Alcool de Presidente Prudente e Região (SINDIÁLCOOL); Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Presidente Prudente e Região (SIEMACO); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimentos de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (STIAC); Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicatos dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e Região (SEC).

[2] Para mais detalhes ver: CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

[3] A Cut em 1991 lança a política de cotas, como forma de incentivar a maior participação das mulheres nos sindicatos, onde a diretoria sindical deveria ser composta de no mínimo 30% de mulheres.